

# Investigação-Ação na visão dos Sujeitos Participantes do Programa Turismo Sustentável e Infância.

Elissélia Keila Ramos Leão Paes<sup>1</sup>  
Marutschka Martini Moesch<sup>2</sup>

**Resumo:** Os Cursos de Formação de Multiplicadores na Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) foi o objeto de pesquisa deste artigo. Uma investigação de cunho qualitativo que buscou avaliar a metodologia participativa dos cursos de formação por meio da visão dos sujeitos participantes quanto as suas possibilidades na construção da cidadania na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo para além da institucionalidade. Com o olhar lançado na problemática dos conteúdos e se estes remeteram a uma análise crítica sobre a complexidade do fenômeno do turismo no trato à temática da violência sexual que permitisse aos multiplicadores uma reflexão na ação suficiente para transpor em ações cidadãs. O método utilizado para a abordagem do tema foi a Dialética-Histórico-Estrutural. O caminho de reconstrução das evidências foi uma análise acerca da metodologia utilizada nos cursos, adotando como técnica a triangulação, e uso da pesquisa-ação, pois a pesquisadora também foi multiplicadora dos cursos de formação. Evidenciou-se que as dificuldades apresentadas no decorrer do processo de formação de multiplicadores, associadas ao complexo desafio dos processos tidos como “participativos”, não puderam ser superadas por falta de um aporte teórico e metodológico que permitisse uma adequada reflexão-ação em relação aos objetivos pretendidos como transformadores do programa.

**Palavras-chave:** Turismo. Curso de Formação de Multiplicadores-TSI. Projeto Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo. Metodologias Participativas.

## Introdução

Diante da necessidade de qualificar os profissionais que atuam na extensa e complexa rede do setor de turismo e hospitalidade, foram estruturados e ministrados Cursos de Formação de Multiplicadores na área da prevenção e enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes na atividade turística, que abrangeram as cinco regiões do país, pelo Ministério do Turismo.

De fato, o turismo está sujeito à ocorrência dessa exploração e busca-se, a partir disso, promover uma prática turística responsável que possibilite uma integração soberana e equitativa das nações e dos povos. Diante dos fluxos cada vez mais globalizados de pessoas nos seus tempos de lazer, as ações passam a ser planejadas objetivando ampliar o olhar sobre a exploração de modo que contemple as demandas específicas de prevenção a favor de crianças e adolescentes, ao passo que reforça o desenvolvimento do turismo na promoção da inclusão social e da sustentabilidade socioeconômicas das comunidades envolvidas.

---

<sup>1</sup> Mestra em Turismo pela UnB. Universidade de Brasília. [elisselia@hotmail.com](mailto:elisselia@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Turismo pela USP. Professora do Mestrado em Turismo UnB. [marumoesch@gmail.com](mailto:marumoesch@gmail.com)

Mesmo em locais onde não existem problemas evidentes ligados à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, a adoção de medidas preventivas é fundamental, uma vez que o turista que pratica a exploração sexual tende a ser atraído para localidades onde há impunidade. A exploração sexual de crianças e adolescentes, quando aderida ao tecido social local é perniciososa e gera danos a toda a sociedade e à imagem de um destino turístico (MTUR, 2009). A existência de políticas de enfrentamento e prevenção, e a execução de ações pontuais como campanhas de sensibilização e divulgação de canais de denúncias, são, portanto, fundamentais para a inibição desse tipo de exploração.

O Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI) do Ministério do Turismo (MTur) preocupado com essa violação dos direitos das crianças e adolescentes no combate e prevenção à exploração sexual no turismo, estabeleceu uma parceria com o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), iniciando em 2010, por meio do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, com os objetivos de promover a mobilização e a articulação do setor na prevenção dessa prática, como o de identificar experiências bem sucedidas, e criar grupos de multiplicadores nos Estados da federação.

O Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo foi lançado em âmbito nacional em 30 de março de 2010<sup>3</sup>, e contou com a participação de parceiros, instituições e atores sociais com intuito de ampliar e dar visibilidade na efetivação de ações de mobilização e articulação na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Após seu lançamento, foram realizados os cursos de formação de multiplicadores nos meses compreendidos entre dezembro de 2009<sup>4</sup> a julho de 2010 em todas as regiões do país. O recorte dessa análise teve como base esse período supracitado, por ser o período que ocorreram os cursos para multiplicadores.

Os cursos tinham, como sujeitos participantes, representantes do setor do turismo e da rede de proteção e enfrentamento à violência dos direitos humanos de crianças e adolescentes. A metodologia participativa do curso de formação de multiplicadores tinha a finalidade de integrar os participantes e favorecer o diálogo na tentativa de despertar olhares para a transformação da realidade social desta prática criminosa.

Ao final de cada curso, que aconteceu em todas as cinco regiões do país, esses multiplicadores retornavam aos seus respectivos estados com a incumbência de repassar o conteúdo e efetivar as ações de prevenção à exploração sexual de menores propostos nos planos de ação.

Em virtude dos resultados apresentados após o curso de formação dos multiplicadores e da

---

<sup>3</sup> Os cursos iniciaram em dezembro de 2009, em Recife-PE, mas, oficialmente o Projeto foi lançado no dia 30 de março de 2010 em Brasília-DF no auditório central do CET-UnB.

<sup>4</sup> O curso de formação de multiplicadores da região Nordeste, aconteceu em Recife em dezembro de 2009. A execução desta região ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Turismo de Pernambuco. Os demais cursos foram executados pelo CET/UnB e iniciaram em abril de 2010 até julho de 2010.

descontinuidade do projeto em 2011, com a mudança de diretrizes do governo federal, houve o encerramento do projeto ao final de 2011 pelo CET/UnB. Porém, por entender a importância de aprofundar a reflexão sobre o tema que por muitas vezes incorre em tabus sociais, quando não em temores sobre a segurança física dos próprios pesquisadores, a investigação visou analisar a transposição dos conhecimentos procedimentais ao contexto de ocorrência dessa formação que é dominada pelo mundo da criminalidade internacional.

Este fenômeno é recorrente, pois existe uma configuração social específica, que abarca as cidades turísticas brasileiras: uma cultura de violação infantil aliada à pobreza e defrontada com o turismo fundado na base erótica, sinônimo do "paraíso perdido", típica dos países tropicais como o Brasil. Há inúmeros exemplos dos atrativos para o "*turismo sexual*" vinculados ao paraíso, e ao pecado capital. A exemplo da imagem da Amazônia, onde a floresta em si mistura-se as lendas indígenas e a sexualidade, são apenas algumas delas, somada à dificuldade das autoridades para vigiar a dimensão das áreas de circulação dos exploradores, além da miséria das populações ribeirinhas e das regiões portuárias, que facilitam a prostituição e exploração sexual infanto-juvenil.

"Na Amazônia, infelizmente, as mulheres se prostituem desde novas. Já não se questiona, tudo parece natural." (citação de Dom Flávio Giovenale, bispo da Diocese de Santarém, Pará, em entrevista a revista Carta Capital, 16 janeiro de 2013, ano XVIII, nº 731, p. 36 ).

A problemática geradora deste estudo centra-se sobre qual metodologia deve ser empregada na formação de multiplicadores do Programa Turismo Sustentável e Infância, que permita a construção de sujeitos orgânicos numa ação cidadã para além da institucionalidade do programa.

Nesse sentido, a questão que norteou a investigação centrou-se sobre a transposição didática dos conteúdos, realizada nos cursos de formação, se essa ocorreu de forma reflexiva na dimensão da complexidade do tema permitindo, de fato, uma reflexão-ação cidadã por parte dos multiplicadores.

O estudo teve como objetivo avaliar a metodologia dos cursos de formação de multiplicadores do Programa Turismo Sustentável e Infância quanto as suas possibilidades na construção da cidadania e na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo para além da institucionalidade.

A partir do momento que os processos que envolvem metodologias participativas implicam em contradições de práticas a despeito do comportamento dos sujeitos envolvidos, questiona-se sobre a pertinência dos métodos e dos conteúdos aplicados pelo Programa TSI, os quais foram os mesmos para qualquer localidade, sem levar em consideração a identidade cultural dos multiplicadores que participam dos cursos de formação e sua realidade sociocultural.

O artigo discute teoricamente, os desdobramentos do Curso de Formação de Multiplicadores nos aspectos da investigação da metodologia participativa, favorável ou não, a

compreensão dessa formação enquanto sujeitos participantes no contexto de modelos de formação participativa.

E por fim, analisa os resultados obtidos por meio da técnica da triangulação dos dados, tendo como sujeito produtor o Programa Turismo Sustentável e Infância-MTur, como sujeitos reprodutores os Coordenadores Técnicos-CET/UnB e como sujeitos consumidores os próprios multiplicadores- alunos dos cursos.

## **Contextualizando os Cursos de Formação de Multiplicadores do Programa Turismo Sustentável e Infância.**

Os cursos aconteceram em todas as regiões do país, na Região Nordeste, em Recife-PE, no mês de dezembro de 2009; na Região Norte, em Belém-PA no mês de abril de 2010; na Região Sul, em Florianópolis-SC, no mês de julho de 2010; na Região Centro-Oeste, em Goiânia-GO, no final de julho de 2010, e a formação para os Estados do Sudeste aconteceu em Vitória-ES, em julho de 2010.

Para os estados da Região Nordeste o Curso de Formação de Multiplicadores foi realizado em Recife (PE) pela Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco (SETUR-PE).

Todos os cursos apresentavam a mesma estrutura metodológica e duração. Os locais escolhidos para a realização destes eram em hotéis conveniados com a ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis). A carga horária do curso era de 40 horas/semanais.

A programação dos cursos tinha duração de cinco dias, os quais nos três primeiros dias os participantes recebiam um nivelamento sobre turismo, além do marco legal e conceitual sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na própria atividade turística. Nos dois dias restantes, os participantes, denominados “multiplicadores”<sup>5</sup> constituídos pelos atores sociais do setor do turismo, pelas organizações não governamentais, universidades públicas e privadas e organizações de enfrentamento à violência, construía um plano de ação orientado para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo para seus estados, levando em consideração a realidade de cada localidade.

Todos os palestrantes do curso eram *especialistas* no tema abordado, e receberam *capacitação* em março de 2010 no Centro de Excelência em Turismo, da UnB. A capacitação dos palestrantes perpassava pelo tempo ideal de cada tema, informações sobre o perfil dos participantes, além de quais atividades pedagógicas e dinâmicas seriam trabalhadas nos cursos.

O principal objetivo do curso era fazer com que os participantes entendessem seu papel como multiplicadores ao retornar para seus estados de origem, na tentativa de despertar para importância de não se calarem diante da violência contra as crianças e adolescentes nos

---

<sup>5</sup> O perfil dos multiplicadores foi escolhido pelo Programa TSI em parceria com o CET/UnB, com participação do setor do turismo e entidades de enfrentamento à violência. A maior quantidade de vagas era destinada ao turismo.

equipamentos e atrativos turísticos.

O escopo dos cursos baseava-se no anseio de encorajar e apoiar setores de viagens, turismo e hotelaria na adoção de Código de Conduta por meio da adesão e implementação, por exemplo, do Código de Conduta para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual em Viagens e no Turismo, encorajando o uso de serviços na adoção de estratégias apropriadas de responsabilidade social corporativa, focadas na proteção da criança; e/ou propiciando incentivos aos participantes (CET/UnB, 2000). Assegurar que todos os atores envolvidos atentassem especificamente ao turismo não regulamentado, para impedir que turistas nacionais e internacionais explorem sexualmente o menor, sensibilizando esses atores na denúncia e na investigação quando possuírem provas suficientes desta prática criminosa.

O curso pretendia que houvesse por parte dos participantes, monitoração dos destinos turísticos novos e emergentes na criação de medidas proativas, incluindo o uso de estratégias sociais e ambientais que promovessem um desenvolvimento equitativo (MANUAL DE MULTIPLICADORES, 2013).

O curso informava ainda aos participantes as penalidades dos sujeitos coniventes com esta brutal violência, apresentando dados atualizados da pesquisa do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes, o disque 100<sup>6</sup> da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Os primeiros três dias dos cursos os multiplicadores nivelam seus conceitos e trocavam informações da temática referente a cada Estado.

Os dois últimos dias eram destinados à criação de um plano de ação de prevenção à violência sexual de menores para cada estado, na tentativa deste plano ser um instrumento norteador para os participantes apresentarem no retorno aos seus estados e, com isso, iniciarem efetivamente ações previamente discutidas e planejadas neste plano para cada destino, contendo prazos e responsáveis. Ao final de todos os cursos foram elaborados 27 planos de ação dos Estados do Brasil.

Os momentos de cada curso foram divididos entre embasamento teórico e debates, além de trabalhos em grupo, onde houve momentos de interatividade e trocas de experiências entre os participantes. Os temas dos cursos de Formação de Multiplicadores foram: contextualização; desafios e avanços do setor turístico; marco histórico e conceitual nacional e internacional da violência sexual contra crianças e adolescentes; boas práticas na proteção de crianças e adolescentes – *cases*; marco legal nacional e internacional; pressupostos básicos para a prevenção da exploração sexual no turismo, com ênfase no código de conduta e seus desafios.

## **Caminho Teórico-Methodológico**

---

<sup>6</sup> Os relatórios do Disque 100 são disponibilizados pela SEDH a cada bimestre e suas informações são de domínio público.

A pesquisa realizada que fundamenta esse artigo é de natureza exploratória e de cunho qualitativo, adotou como estratégia de metodologia o quadro de referência dialética histórico estrutural e a pesquisa-ação como método. Os procedimentos adotados foram norteados pela técnica da triangulação de dados. Utilizou-se de três momentos de análise: o levantamento de informações em diagnóstico, pesquisas dos registros e documentos dos cursos, em especial os planos de ação gerados pelos 27 Estados brasileiros e, como meio de informação complementar, a aplicação de questionários com os multiplicadores e coordenadores técnicos do Programa TSI.

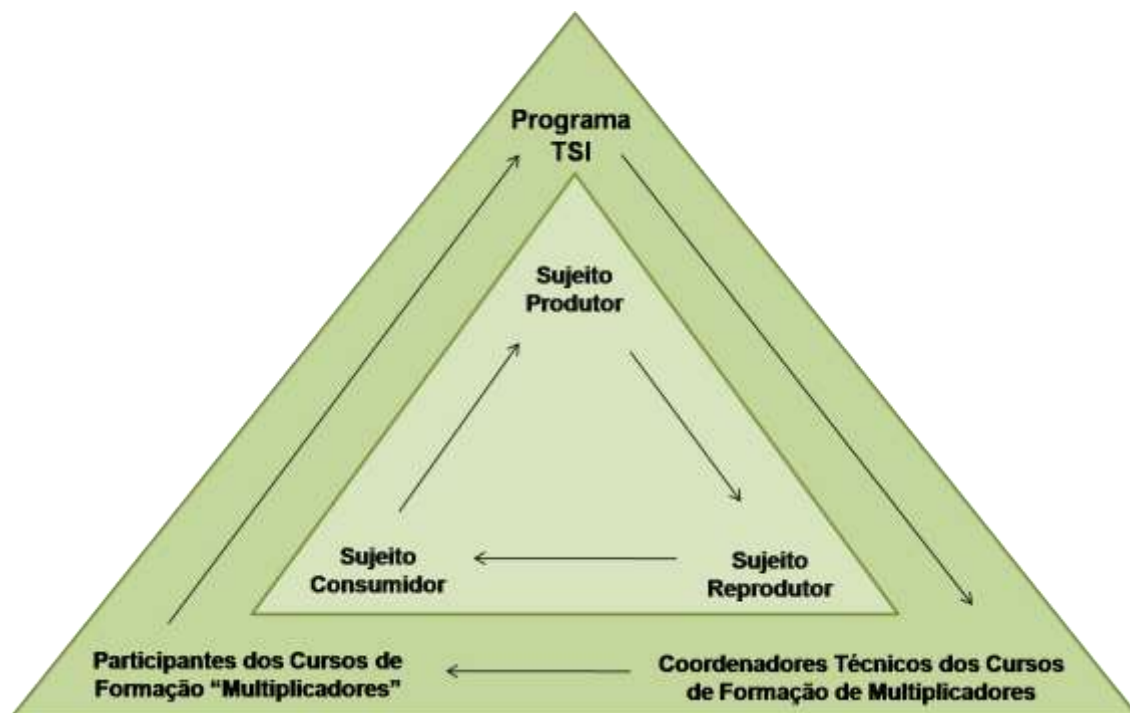
O recorte espacial deste estudo se caracteriza pelo Curso de Formação de Multiplicadores, do projeto financiado pelo Programa Turismo Sustentável e Infância do Ministério do Turismo e executado pelo Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília com a intenção de formar multiplicadores em todo o Brasil para minimizar e conscientizar os profissionais do turismo no que tange a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes no universo do Turismo, no período de dezembro de 2009 ao final de 2011.

A questão de pesquisa orientadora desta investigação centrou-se sobre a transposição didática dos conteúdos, realizada nos cursos de formação, se essa ocorreu de forma reflexiva na dimensão da complexidade do tema permitindo, de fato, uma reflexão-ação cidadã por parte dos multiplicadores.

A escolha da técnica da triangulação parte da necessidade de verificar as fases que compõem o estudo, a saber: a análise do Sujeito Produtor - O Programa Turismo Sustentável e Infância-MTur, a análise dos Sujeitos Reprodutores da metodologia - os Coordenadores Técnicos e a Consultora de Metodologia-CET/UnB e, por fim, os Sujeitos Consumidores - os multiplicadores.

O estudo trilhou a pesquisa-ação, em virtude de adotar uma postura de observação crítica dos saberes procedimentais dos sujeitos participantes “multiplicadores” e dos processos de transformação “métodos e conteúdos” destes grupos, que viveram este processo em sua magnitude. Em outras palavras, Para Brandão (1984, p. 27) “ao invés de se preocupar somente com a explicação dos fenômenos sociais depois que eles acontecem, a finalidade da pesquisa-ação é de favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica”.

Nesse sentido, o pesquisador se dispõe a ser aceito pelos participantes, como alguém que deseja que o estudo seja útil para todos, contribuindo para uma problematização e clarificação da prática vivida, permitindo um recuo para uma reflexão crítica a cerca do que vivenciaram nos anos que os cursos aconteceram.



**Figura 1: Esquema das fases do estudo conforme a técnica da triangulação**

Fonte: PAES (2014)

A construção da pesquisa se deu por dois momentos: a construção pelo pesquisador, por meio do problema apresentado, observando diferentes aspectos; e a verificação da validade destes questionamentos a partir das perguntas aplicadas com os protagonistas desta experiência (BRANDÃO, 1984).

Como metodologia de evidenciação empírica foi aplicada ao tema a técnica da triangulação, que consiste em um dispositivo onde o pesquisador, “do posto da sua competência específica, apela, na construção do seu instrumental analítico, para diversos meios, diferentes abordagens e fontes para compreender e explicitar um dado fenômeno” (MACEDO, 2000, p. 10).

Essa técnica, para Triviños (2012), tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo, partindo de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social.

Segundo a técnica de triangulação, e supondo que estamos estudando sujeitos determinados, o interesse dirigiu-se aos processos e produtos centrados no sujeito consumidor (Multiplicadores). Em seguida, aos elementos produzidos pelo meio em que está inserido o sujeito e que tem a incumbência em seu desempenho na prevenção à exploração sexual de menores (Cursos de Formação de Multiplicadores) e, por último, aos processos e produtos originados pela

estrutura socioeconômica e cultural do macro organismo social no qual está inserido o sujeito (Coordenadores Técnicos).

Contando com a existência dos questionários aplicados, o método de levantamento também foi utilizado nesta pesquisa, onde foram solicitadas informações a um grupo significativo de informantes acerca do problema estudado, neste caso, as práticas de formação de multiplicadores do curso e, mediante o que foi analisado, o problema de pesquisa.

Os atores pesquisados foram os coordenadores técnicos do projeto no total de 80 multiplicadores da área do turismo, permitindo uma amostra representativa do universo de 163 multiplicadores formados nos cursos, que eram distribuídos tanto na área do turismo como na área social à proteção das crianças e adolescentes. Os questionários foram aplicados durante o período de 2013-2014.

Refletindo sobre condução da pesquisa-ação, a dialética tornou-se ainda mais adequada para a proposta ao permitir a reconstrução do que está sendo colocado nos cursos de formação.

Ao observar o objeto analisado, justificou-se o uso do método da dialética histórico-estrutural-DHE ao permitir uma análise além do que vinha sendo discutido, que segundo Demo (2000, p.12) “é a que cabe à pesquisa-ação por que assume o contexto histórico, privilegia a apreensão e o tratamento dos conflitos sociais, propugna a transição histórica e acredita no fator humano como capaz de interferir em condições objetivas dadas”.

A DHE considera a história movida por formas necessárias e independentes da vontade humana que, ao mesmo tempo, fundam as transformações, permitindo dizer que o histórico é estrutural. O histórico como produção constante de conteúdos novos, dentro de formas invariantes, capta os mais diversos discursos no esforço de compreender uma realidade complexa, tentando formalizar, de maneira mais flexível, na expectativa de que o ordenamento menos rígido é mais justo com a realidade, ainda que seja bem mais difícil conviver com a incerteza.

A dialética sabe também que a mente humana, em sua emoção e racionalidade, complexa por natureza, não consegue dar conta de toda realidade, porque também sequer consegue dar conta de si mesma. Por isso, a dialética-histórico-estrutural aposta na questionabilidade, inclusive como corretivo permanente de seus desacertos nas aproximações sucessivas, acreditando menos em dicotomias estanques, do que na convivência de contrários, tanto na realidade quanto na mente humana.

## **Visão do Sujeito Produtor nos Cursos de Formação de Multiplicadores**

A pesquisa acerca dos limites e possibilidades da participação dos multiplicadores do Programa TSI, encontra na análise de conteúdo o tratamento adequado, ao aprofundar um movimento de reflexão da realidade crítica dos cursos de formação de multiplicadores,



apresentada no contexto da metodologia participativa por meio da investigação dos planos de ação dos Estados brasileiros.

O sujeito produtor (SP) - Programa TSI, tinha como pressuposto, o objetivo da prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo, e como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança e do adolescente (PROJETO CET/UnB, 2009, p.7).

Entendemos, o objetivo como algo a ser alcançado por meio de uma ação organizada. Todavia, o objetivo do Programa TSI foi amplo e sem foco, não contribuindo para que os multiplicadores tivesse clareza sobre a metodologia do Programa. Os achados desta pesquisa apresentam um distanciamento entre a teoria e a reflexão na prática, pois não cabia aos profissionais do turismo o ato do enfrentamento já que seria necessário um aporte jurídico-policial no plano de ação.

É perceptível a intencionalidade de uma didática que permitisse o exercício teoria-reflexão-prática, proposto na concepção do Programa TSI. O sujeito produtor tinha, dentre suas ações e estratégias, o desenvolvimento de campanhas publicitárias, a realização dos seminários de sensibilização, a capacitação de multiplicadores e o apoio a projetos de inclusão social. (PROJETO CET/UnB, 2009, p.7), o que, segundo análise, acabou por fragilizar as ações por não assumir o compromisso de monitoramento junto a estes multiplicadores, que seria a coerência proposta em sua metodologia no escopo do Programa.

A prática adquire conotação fundamental de questionamentos sistemáticos, o que induz a sua reelaboração constante e por ser exercício histórico concreto, se gasta rapidamente. Para recuperar a capacidade inovadora, precisa voltar à teoria, ou, mas precisamente, ao compromisso de questionamento, o que no período de 40 h/a não foi possível realizar.

O principal objetivo do curso era fazer com que os participantes entendessem seu papel como multiplicadores ao retornar para seus Estados de origem, na tentativa de despertar para importância de não se calarem diante da violência contra as crianças e adolescentes nos equipamentos e atrativos turísticos (RELATÓRIO CET/UnB, 2010).

O curso pretendia que houvesse, por parte dos participantes, monitorações dos destinos turísticos novos e emergentes na criação de medidas proativas, incluindo o uso de estratégias sociais e ambientais que promovessem um desenvolvimento equitativo (MANUAL DE MULTIPLICADORES, 2013, p. 9).

Passados três anos, da realização dos cursos de formação sobressai o questionamento sobre a relação reflexão-ação, proposta pelas didáticas do curso, por ser um exercício histórico complexo, ainda mantém um compromisso de questionamento. Neste caso, as chamadas evidências permitiram analisar os discursos contraditórios do MTur.

Não se encontra nos achados do MTur-SP a concepção do que vem a ser o entendimento de “multiplicador”, demonstrando a contradição do discurso quanto à responsabilização que este dá

aos multiplicadores em todo o processo dos cursos de formação, pois cabe a ele a responsabilidade, não somente de compreender a complexidade do tema na sociedade brasileira, na lógica do tráfico internacional, mas também do abuso sexual sob a ótica da teoria do patriarcado nas relações com o mercado do turismo que coloca em muitos casos o fenômeno enquanto “valor agregado do destino” e isso não fica evidenciado em seu discurso, há uma concepção superficial diante da complexidade da temática

Os processos de metodologia participativa são entendidos pelos elaboradores dos conteúdos e didáticas dos cursos, sujeito reprodutor-CET/UnB, como “uma interação interdisciplinar e multissetorial, que facilita o surgimento de soluções mais criativas e ajustadas a cada realidade” (RELATÓRIO CET/UnB, 2010, p.3). Entendendo-se a interdisciplinaridade como uma atitude, questiona-se a qualidade teórica dos conteúdos trabalhados bem como a organização curricular apresentada.

No geral, a raiz das dificuldades entre a “Teoria” e a “Reflexão na Prática” dessa política do Programa TSI estaria, na falta de visão estrutural e transversal do próprio programa em formar multiplicadores, pois era necessário ter tido, por parte dos elaboradores, uma visão abrangente do processo, envolvendo não somente os resultados almejados, mas o conhecimento de ações intersetoriais dos diversos atores para que as ações planejadas fossem efetivadas. Ou seja, uma cultura de conhecimento prévio sobre o assunto, muito além da visão abstrato-formal entre listagem de conteúdos e o reconhecimento das diversas realidades ali apresentadas, que reproduzia nas falas dos entrevistados a fragilidade de uma política construída para favorecer uma participação e identificar lideranças, conforme objetivos do programa.

### **Visão dos Sujeitos Reprodutores dos Cursos de Formação de Multiplicadores**

Os sujeitos reprodutores pesquisados envolvidos no processo de formação do Programa TSI foram identificados como coordenadores e permitiram analisar os discursos por meio de suas falas, e de seu envolvimento por estes terem sido responsáveis pela elaboração teórica e metodológica dos cursos.

Nesse contexto, os sujeitos reprodutores selecionados foram identificados a partir do trabalho desenvolvido enquanto Coordenador Técnico (sujeito reprodutor 1); Coordenadora Executiva (sujeito reprodutor 2); Coordenadores de Monitoramento (sujeitos reprodutor 3, 4 e 5 respectivamente) e a Consultora de Metodologia (sujeito reprodutor 6). Identificados no texto como SR.

Dessa maneira, a prática dos SR envolvia um grau de conhecimento teórico-metodológico sobre o tema e a predisposição para o envolvimento nas discussões e construções dos planos de ações dos cursos, revelado nas falas quando da importância da transmissão de conteúdos sobre a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes na formação de multiplicadores no turismo.

Baseado nas categorias de cidadania, violência sexual e práticas reflexivas por meio das metodologias participativas, analisou-se o movimento dialético entre teoria e prática nos processos participativos dos cursos, e verificamos diferentes formas de gestão pelos SR.

O Programa TSI compreendia “teoria” e “participação” como algo homogêneo, entretando, percebeu-se os conflitos existentes entre o discurso relativos a estes conteúdos. Pois, nos discursos dos SR analisados, contrariamente, são bastante heterogêneos, enaltecendo muito mais as dificuldades encontradas aos processos de participação do que o esperado pela metodologia proposta. Assim, em sua gestão entendiam que bastava sua presença pontual em determinados momentos do processo, e de forma “estrelar”<sup>7</sup>, em forma de palestras, para garantir o sentimento de estar com os multiplicadores.

O conteúdo criado por cada palestrante era repassado ao CET/UnB, e compunha, junto com materiais pedagógicos tais como cartilhas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, distribuído no momento da recepção e chegada dos participantes para auxílio e compreensão dos assuntos abordados pelos palestrantes durante os cursos.

A participação como metodologia e concepção de trabalho representa uma alternativa as consequências da adoção massiva de modelos reprodutivistas abstrato-formais que geraram o afastamento dos sujeitos cognoscentes em seu contexto cultural, e o afastamento do objeto a ser conhecido. Nesse contexto, é que surge a preocupação por desenvolver metodologias que permitam compreender as situações complexas e diversas em que operam os multiplicadores do Programa TSI. Os achados extraídos das entrevistas dos SR demonstra uma visão de prática didática estanque e tradicional no tratamento da construção dos conhecimentos, de forma alguma expressa a interdisciplinaridade exigida sob a complexidade dos conteúdos.

No tema "articulação entre teoria e planejamento das ações refletidas na prática de prevenção" a partir da colocação dos SR 1, 3 e 4 estes afirmam que: *“alguns fatores que podem ter contribuído com uma ineficiente articulação foram a abrangência das diversas representações de participantes, resultante de diferentes perfis, que conseqüentemente levou a planos de ações mais genéricos e pouco focados em problemas mais específicos dos estados e localidades”*. Nessa afirmação, existe uma linha muito tênue da concepção de cada participante sobre o que deveria ser essa "prática" e a realidade em que os mesmos estavam inseridos, o que dificultou as possibilidades de trabalhar os conteúdos de forma interdisciplinar e intersetorial, entendendo aqui a interdisciplinaridade antes de tudo como uma atitude.

O escopo dos cursos baseava-se no desejo de encorajar e apoiar setores de viagens, turismo e hotelaria na adoção de Código de Conduta por meio da adesão e implementação, por exemplo, do Código de Conduta para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual em Viagens e no Turismo, encorajando o uso de serviços na adoção de estratégias apropriadas de

---

<sup>7</sup> A maioria dos palestrantes não interagiu durante o processo, apenas, ministravam seus módulos e retornavam aos seus respectivos estados. Ocasionalmente um distanciamento teórico-metodológico.

responsabilidade social corporativa, focadas na proteção da criança; e/ou propiciando incentivos aos participantes (CET/UnB, 2000).

Para o SR 2 a teoria era apenas para ser provocativa: *“iniciar discussões e ideias sobre a temática e por meio das discussões e temas, os multiplicadores teriam condições de propor algumas ações conforme cada localidade”*. O que nos remete a percebermos a fragilidade de abordagens mais relacionais de teoria e prática quanto ao desenvolvimento dos planos de ação para cada Estado, com vistas a engajar estes sujeitos consumidores na transposição do saber-fazer que garantisse ações refletidas a partir das teorias ministradas nos primeiros dias de curso.

Na fala do SR 6 dizer: *“que os dois primeiros dias de curso promoveriam a reflexão na prática é no mínimo uma falta de cautela, pois para este a formação que esses multiplicadores recebiam era importante para que houvesse diálogos conceituais que conseguiriam reforçar algumas ações desenhadas nos planos de ação.”*

Referente à questão sobre o tempo destinado a formação teórica os respondentes consideraram insuficiente para que os multiplicadores assegurassem os desdobramentos reflexivos, em suas ações como sujeitos cidadãos capazes de ser tornar responsáveis por seus atos na prevenção à exploração sexual de menores. O que foi denominado nessa investigação como saberes procedimentais que são habilidades de saber pensar e aprender.

Nesse sentido, o que está em jogo não são apenas as demandas que se referem a metodologias participativas, mas uma quantidade de fatores que envolvem tempo necessário ao desenvolvimento dos saberes procedimentais e as próprias necessidades de cada localidade para enfrentar a violência sexual.

Quanto à temática da cidadania para os SR, não há nas análises uma discussão que mostre a visão destes sobre esta categoria de modo aprofundado, apenas o SP-MTur traz sua visão sobre a categoria no manual. Para o sujeito produtor *“Ser cidadão significa ser um membro ativo e livre de uma comunidade, imbuído de direitos e deveres, e protegido por uma lei comum”* (MANUAL DE MULTIPLICADORES, 2013, p.72).

Visto que, o conceito de cidadania está intimamente relacionado com o de direitos humanos e trazendo a ideia de participação integral do cidadão na sua comunidade e na sociedade para que houvesse diálogos, era necessário pensar e agir como cidadãos, tendo a percepção de colaboração perante a realidade de cada localidade. Refletindo ainda sobre a cidadania em cursos de formações de multiplicadores, compreende-se, a importância do engajamento cívico como importante para que os multiplicadores visualizem a multiculturalidade do tema, e o reconhecimento da interdependência entre os sujeitos dos diferentes segmentos da sociedade à questão de gênero, e em relação à problemática da violência sexual entre menores.

Fica evidente pelo silêncio na fala dos SR à pouca relevância dada, nos cursos de formação dos multiplicadores quanto à cidadania, tema referenciado apenas no manual de multiplicadores. Tal fato identifica uma falha formativa e conceitual do curso, não ter tratado mais profundamente como conteúdo programático. Pois cidadania implica em desenvolver uma boa capacidade de

decisão, perceber e compreender as diferentes alternativas para agir diante do problema a ser enfrentado. Atitude cognitiva e habilidade comportamental também necessária, “exigida”, aos multiplicadores quando os mesmos deveriam ser planejadores de ações de prevenção da violência sexual em suas localidades.

O engajamento cívico é essencial em processos participativos que visam gerar transformações. Porém, para que isso ocorra de forma eficaz, demanda que os cidadãos envolvidos se unam, através de iniciativas reunindo pessoas e recursos em causas de interesses públicos adotando como categoria analítica a conceituação de cidadania global, que segundo Moraes (2000, p. 225) é “ensinar a viver na mudança não querendo controlá-la, buscando a compreensão em ter atitudes internas de abertura e não fechamento, uma atitude de questionamento crítico e, ao mesmo tempo, de aceitação do que julgar relevante”.

Os conteúdos apresentados nos módulos e reproduzidos pelos SR gerou uma fragmentação nos conceitos trabalhados em razão da heterogeneidade dos participantes nos cursos, além do distanciamento dos mesmos em averiguar a efetividade desses conteúdos em sua adequação ao perfil dos alunos que por sua vez foram escolhidos pelos SR. Se ocorreu essa dinâmica de escolha do perfil dos alunos havia possibilidade de alterações nos conteúdos, e didáticas, conforme cada estado da federação e realidade ali encontrada. Fica o questionamento do porque essa reorganização curricular isso não ocorreu, pois se tratava de um “processo participativo”. Os conteúdos programáticos continham violência sexual ainda como algo oculto, simbólico e machista. Não permitindo uma compreensão por parte dos multiplicadores sobre a relação dos mesmos com as atividades/ações que estes exerciam no campo do turismo (mundo do trabalho) não refletindo cenários futuros da disseminação desta violência sexual. Lembrando que as ações na prática representavam romper/superar com seu arcabouço anterior sobre questões de gênero, e patriarcado, que os desafiavam em seus diferentes modos de organização, nesse caso específico sua atuação como profissional na área do turismo.

Identificou-se que esses temas foram “silenciados” não somente nas discussões dos conteúdos pelos SR/CET-UnB, como também nas análises conceituais dos sujeitos consumidores (SC) no momento da construção dos planos de ação de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Na etapa intitulada articulação e mobilização que previa mobilizar a população sobre a importância de prevenir esta violência no turismo. Para o SR 6 “*precisava primeiro reconhecer que o objetivo central para garantir a efetividade das ações, era uma boa mobilização*”. Mas como desenvolver esse objetivo central, se os sujeitos produtores e reprodutores nem mesmo entendiam ou repassavam o sentido de “multiplicar” aos participantes do curso.

Entende-se a noção de prática a aplicação efetiva dos conhecimentos numa “*praxis*” (prática refletida) a qual seria instigadora de novas ações mobilizadoras. Contrariamente os achados nos remetem o tratamento de multiplicadores como “sujeitos alienados”, a partir da visão posta pelo

do Programa TSI. Sua ação deveria estar baseada no modelo abstrato-formal na construção dos planos de ação.

A grande questão é que os “multiplicadores” foram chamados à responsabilidade social, na prática pelos SR, antes mesmo de entender como o problema se colocava teoricamente, antes mesmo de se questionar como esse conhecimento era percebido em sua existência, enquanto cidadãos e cidadãs, que é anterior a função de se intitularem multiplicadores de uma temática complexa, obscura e com um processo histórico tão velado pela sociedade brasileira.

### **Visão dos Sujeitos Consumidores: os multiplicadores**

Para compreender a concepção dos sujeitos consumidores (SC) chamados de multiplicadores no Programa TSI, e entender as relações dos conteúdos adotados nos cursos para a sua formação como sujeito cidadão indagou-se no terceiro momento, do método da triangulação dos dados, com os consumidores da metodologia participativa proposta pelo curso.

Ao serem questionados se participariam novamente de cursos de multiplicação, os SC foram unânimes em responder que sim, desde que a moderação desses cursos reconheça as individualidades presentes nos grupos. Essa resposta foi subsidiada por uma questão que tratava da metodologia determinada pelo programa, sendo igual a todas as regiões. Todos os SC reconheceram a fase de formação de multiplicadores como importante, pois valoriza a formação de novos atores sociais.



**Figura 2: Multiplicadores**  
Fonte: CET/UnB (2010)

Para Freire “ensinar exige o reconhecimento e assunção da identidade cultural” (2011, p. 42), entendendo que o respeito e o comprometimento exigem a convicção que mudanças são necessárias.

Reconhecer as diferenças regionais somente como importantes, não garante efetivação das ações propostas em sua totalidade, também não gera reflexão na prática e, conseqüentemente, não dá autonomia aos participantes, no sentido de segurança para ampliar estes conhecimentos nas suas regiões como capacitá-los para projetos viáveis de aplicação os quais requerem mobilização social e ações intersetoriais.

Os conteúdos devem ser repensados quanto aos saberes procedimentais com uma abordagem mais direta e focando no fenômeno turístico e nos profissionais que atuam diretamente com os turistas. Repensar conteúdos sem envolvimento profundo da teoria-prática não faz com que os SC permaneçam ativos, envolvidos e participantes, mesmo após formação.

Caso não ocorra teorização suficiente de forma interdisciplinar à formação proposta pode gerar mais conflitos e insegurança, pois a prática ficará comprometida na medida em que a formação será superficial não tendo como preocupação a transformação social, nem o sentido de despertar a responsabilidade ao envolver cidadãos, e desmitificar a violência sexual, sinalizando que é preciso rever o que está por trás dos tabus, do não dito.

A importância de discutir conteúdos de gênero e patriarcado se torna essencial para a compreensão da violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar, estas devem ser abordadas de forma desnaturalizadas nos cursos de formação, quebrando pré-conceitos, que muitas vezes estão arraigados no engendramento social e cultural. Ao trabalhar estes conteúdos, melhora-se a compreensão sobre o tema e a qualidade das discussões nos espaços de transposição dos saberes procedimentais.

A investigação apontou outro conteúdo como relevante para novos cursos - a compreensão do que é turismo – por meio de boas práticas, utilizando como exemplos instituições que atuam de forma responsável. Usando em suas falas os conceitos do turismo como prática social, com princípios da hospitalidade, trabalhando os impactos sociais e culturais como temas significativos a construção da cidadania global.

A análise dos tais conteúdos indicados pelos respondentes dos multiplicadores permite reconhecer de sua parte um avanço na compreensão do fenômeno turístico, e a complexidade do tema exploração sexual de crianças e adolescentes, apontando, a necessidade de superar com a visão fragmentada atrelada a concepção de “indústria” turística incompatível com a responsabilidade pretendida pelo Programa TSI.

## **Considerações Finais**

Ao refletir sobre os dados compilados das falas dos SC, atenta-se para o fato da descontinuidade de ações, a saber, do Programa Turismo Sustentável e Infância-MTur. A necessidade de retomada desse programa é um aspecto a ser observado entre os gestores, visto que o estudo abordado evidenciou seu interesse em continuar a apreender sobre a temática.

É fundamental a compreensão dos aspectos epistemológicos mencionados e suas relações

para além do Programa TSI, uma vez que as relações sociais se estabelecem com o estreitamento entre as pessoas. O ato de reunir e mobilizar tem sido, usado nos dias de hoje, sendo de fato essencial para práticas comunitárias. Porém, de tanto usar o verbo mobilizar, não se analisa o sentido real ao empregá-lo. Em seu uso trivial, mobilizar, tem sentido de ação e movimento.

É nessa perspectiva que a formação dos cursos deveria caminhar preparando o indivíduo para reconhecer a interdependência dos processos individuais, e coletivos, do qual é parte integrante. Uma educação cidadã, para além dos programas intitulados pelo governo, verticalizado pelos processos “ditos participativos”.

O foco dos cursos deverá ser para uma educação que preserve um mundo em constante transformação. Segundo Moraes (2000) que trabalhe os espaços internos, na intenção de melhorar os espaços externos, criando uma nova ecologia social, uma nova ordem mundial baseada em formas de relacionamento, de harmonia, fraternidade e solidariedade.

Nesse sentido, os cursos de formação na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo deveriam ter proporcionado transformação social, à medida que os SC-multiplicadores, imbuídos de autonomia, e sendo protagonistas de sua cidadania seriam também em seus estados cidadãos orgânicos. Assim, entendendo a complexidade do tema: violência sexual ao menor desprotegido, e as contradições por trás de cada discurso bem como as diferentes práticas no universo do turismo o que dificulta sua aprendizagem.

Portanto, não tem como dissociar este olhar do exercício da cidadania, buscar transformação de temas complexos, polêmicos e ainda obscuros na sociedade contemporânea brasileira como a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes é aprender a comunicar-se, a cuidar de si, a cuidar do outro, entendendo que propostas de metodologias participativas são eficazes quando a transposição é realizada para o outro e com esse outro.

Os resultados obtidos por meio da análise da triangulação dos dados contribuem na investigação-ação e inquietação da pesquisadora-multiplicadora que buscava respostas dos SC dos cursos de formação na prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

No entanto, percebeu-se que as transformações sociais na busca da problemática da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo foram comprometidas pela visão limitada dos sujeitos envolvidos e pelo distanciamento em discutir questões fundamentais da violência sexual, como conteúdos que tratassem as questões de gênero e do patriarcado que resiste na sociedade contemporânea e do próprio turismo enquanto fenômeno social. Era exigido uma mudança e o senso de colaboração acima da “superficialidade” que foi a formação recebida por estes. Que segundo Tiollent (1994, p. 43):

Só pode ser assim qualificada quando houver realmente uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação, é preciso que a ação seja uma ação não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merecendo uma investigação para ser elaborada e conduzida.



A investigação-ação exige mais que uma “solução pontual” necessita de uma prática continuada, sistemática e um exercício de apropriação do objeto que almeja mudanças. Pois, a maioria dos sujeitos pesquisados responderam que participariam novamente de cursos que abordem o tema da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Algo a ser considerado para futuras propostas na temática.

Construir uma percepção social nos desvelamento de temas complexos e obscuros torna o processo mais transparente na busca de um caminho possível de valores éticos e atitudes refletidas nas práticas. O estudo nos mostra que esse desvelar significa estar longe nas discussões superficiais, e nas negativas individuais de não reconhecer o aprofundamento na construção de questões fundamentais que auxiliem em novas propostas.

O tempo de transposição desses conhecimentos deve ser revistos, um ano de projeto é pouco para que estes multiplicadores se tornem efetivamente responsáveis e envolvidos para romper estas percepções sobre a violência sexual no trato a complexidade do fenômeno do turismo estabelecendo caminhos possíveis e autonomia sem a dependência de um Programa para além da institucionalidade.

A importância de um processo participativo também pode ser dada pela razão instrumental de sermos mais eficazes, realizando as coisas em conjunto. Pois, ao participar novamente se pratica e aprende, sendo um rumo para o fortalecimento da cidadania, em suas diversas possibilidades que independem da forma utilizada, mas, não desconsidera a metodologia. Sendo preciso delinear um sistema de formação e fortalecimento dos participantes, incluindo a escolha dos perfis, o equilíbrio dos prazos dos objetivos dos cursos que não devem ser estabelecidos por metas com fins publicitários por parte de quem contrata, e como produto, por parte de quem executa. Mas, compreendendo que o entendimento de temas dessa complexidade que abordam questões sociais exige uma construção teórica-prática melhor fundamentada, e um tempo de transposição de conhecimentos que variam conforme sua contextualidade em cada localidade.

O método participativo é um caminho de duas mãos, para o fortalecimento dos atores pelo processo de apropriação do conhecimento construído no processo educativo. Mas, como em todo o processo educativo, as práticas reflexivas necessitam de um tempo maior, de visão conjunta que somente será construída via objetivo comum.

Nesse sentido, o objetivo do Programa TSI não favorecia essas práticas, ou seja, a falta de ligação do sujeito produtor-MTur fragilizou os sujeitos reprodutores-CET/UnB, e, conseqüentemente desmotivou os sujeitos consumidores-multiplicadores. Tal desconexão acentuou-se frente ao desconhecimento sobre as metodologias participativas por parte dos sujeitos reprodutores, que não conseguiram assimilar os impactos de uma descontinuidade em relação à participação dos multiplicadores acabando por não obter o devido resultado nas atividades propostas conforme o almejado pelo Programa TSI.

## Referências

BRASIL, Ministério do Turismo (2013). **Manual do Multiplicador**. Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo - Universidade de Brasília – Centro de Excelência em Turismo Brasília.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1997). **Pensar a prática**. São Paulo: Edições Loyola.

DEMO, Pedro (2000). **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas.

FREIRE, Paulo (2011). **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra.

MACEDO, Roberto Sidnei (2000). **O rigor fecundo**: a etnopesquisa crítica como analítica sensível e rigorosa do processo educativo. In: *Revista FACED*, nº 4, Salvador: Universidade Federal da Bahia.

MORAES, Maria Cândida ( 2000). **O Paradigma Educacional Emergente**. São Paulo: Papirus.

TIDOLLENT, Michel (1994). **Metodologia da pesquisa-ação**, 6 ed, São Paulo: Cortez.

TRIVINOS, Augusto N. S (2012). **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Athas.

VIEIRA, Willian (2013). Turismo sexual. In.: **Carta Capital**, Ano XVIII, nº 731.